



GRANDE MOINHO CEARENSE S.A.

CNPJ/MF nº 07.199.805/0001-55

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - RESULTADO DE 2014

Senhores (as) Acionistas e a Sociedade,

Temos a satisfação, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentar aos nossos acionistas, assim como aos nossos clientes, fornecedores e parceiros, as demonstrações financeiras para o período encerrado em 31 de dezembro de 2014. Após um ano de 2013 difícil, 2014 foi um ano importante para a Companhia, com o desenvolvimento de um plano de investimentos para reacelerar o seu crescimento nos próximos anos e posicionar-se entre as melhores empresas do setor nos quesitos geração de valor e retorno aos acionistas. Os investimentos na modernização do parque fabril, na construção de novos silos para a armazenagem de trigo em grãos, alcançando a marca de 52.000 toneladas de silagem e na instalação de um moderno diagrama de produção alcançaram a marca de R\$ 80 milhões, com cerca de 80% concluídos dentro do exercício findo de 2014. Adicionalmente e com visão estratégica de futuro, antecipando-se às dificuldades estruturais de ampliação da oferta de energia elétrica e na iminência de um colapso no abastecimento, a Companhia investiu na aquisição de dois modernos geradores de energia elétrica a gás natural, que atenderá à 2/3 da demanda da companhia e que nesse atual momento, com a elevação das tarifas da energia, dará, além da segurança na manutenção da sua capacidade produtiva, a possibilidade de ter os custos reduzidos no horário de ponta. Desta forma e certos da decisão tomada, agradecemos aos Acionistas pelo apoio e pela confiança depositada nos administradores da Companhia, aos Clientes, Fornecedores e Instituições Financeiras pela parceria demonstrada ao longo do exercício de 2014, e aos nossos Colaboradores pela dedicação, comprometimento, empenho e forte espírito de equipe profissional demonstrado, que somados ao entusiasmo e dinamismo puderam alcançar as desafiadoras metas que resultaram nos resultados que ora divulgamos. Apresentamos a seguir as Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 E EM 1º DE JANEIRO DE 2013 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora			Consolidado		
		31/12/2014	31/12/2013 (Reapresentado)	1/1/2013 (Reapresentado)	31/12/2014	31/12/2013 (Reapresentado)	1/1/2013 (Reapresentado)
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	5	26.653	4.079	2.961	27.992	4.556	4.736
Aplicações financeiras	6	83.499	104.641	150.427	135.382	141.612	178.427
Contas a receber de clientes	7	42.907	42.931	37.017	42.907	42.931	37.017
Estoques	8	44.487	33.005	29.424	44.487	33.005	29.424
Imposto a recuperar	9	18.690	6.370	46.439	18.690	6.370	46.439
Imposto de renda e contribuição social antecipados		-	10.428	14.114	-	10.428	14.114
Outros créditos		2.794	780	2.638	2.794	780	2.638
Despesas antecipadas		3.560	115	191	3.560	115	191
Total do ativo circulante		222.590	202.349	283.211	275.812	239.797	312.986
Não Circulante							
Adiantamentos para futuro aumento de capital	16	3.984	3.514	47.267	-	-	-
Impostos a recuperar	9	20.236	21.661	124	20.236	21.661	124
Outros créditos		3.874	3.867	1.173	3.874	3.867	1.173
Investimentos	10	157.955	121.891	44.438	3.199	3.349	3.048
Imobilizado	11	116.206	62.786	39.509	228.166	171.485	143.739
Intangível		328	394	269	328	394	269
Total do ativo não circulante		302.583	214.113	132.780	255.803	200.756	148.353
Total do ativo		525.173	416.462	415.991	531.615	440.553	461.339
Passivo							
Circulante							
Financiamentos e empréstimos	12	4.039	4.677	7.315	7.931	9.336	10.314
Fornecedores		3.839	1.790	3.246	3.839	1.790	3.246
Impostos e contribuições a recolher	13	5.976	6.126	15.443	5.976	6.126	15.443
Salários e férias a pagar		1.677	1.617	1.312	1.677	1.617	1.312
Dividendos		4.829	6.486	23.510	4.829	6.486	23.510
Imposto de renda e contribuição social		520	12.106	16.453	520	12.106	16.453
Outras contas a pagar		5.310	4.436	5.243	5.310	4.436	5.243
Total do passivo circulante		26.190	37.238	72.522	30.082	41.897	75.521
Não circulante							
Financiamentos e empréstimos	12	41.353	3.875	4.413	69.549	40.461	46.762
Adiantamentos de lucros	16	1.188	1.200	1.200	1.188	1.200	1.200
Impostos e contribuições a recolher	13	13.554	1.510	1.510	13.554	1.510	1.510
Provisão para contingências	14	-	2.723	2.632	-	2.723	2.632
Outros débitos		188	316	318	188	316	318
Total do passivo não circulante		56.283	9.624	10.073	84.479	46.210	52.422
Patrimônio líquido							
Capital social	17	207.699	176.767	54.431	207.699	176.767	54.431
Ações em tesouraria		(4.147)	(4.147)	(4.147)	(4.147)	(4.147)	(4.147)
Reservas de capital		11.804	11.804	11.804	11.804	11.804	11.804
Reservas de lucros		162.923	143.988	260.431	153.507	143.988	260.431
Ajustes de avaliação patrimonial		64.421	41.188	10.877	48.191	24.034	10.877
Total do patrimônio líquido		442.700	369.600	333.396	417.054	352.446	333.396
Total do passivo		525.173	416.462	415.991	531.615	440.553	461.339

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Receita líquida de vendas	18	445.048	432.782	445.048	432.782
Custos dos produtos vendidos		<u>(301.278)</u>	<u>(290.403)</u>	<u>(301.278)</u>	<u>(290.403)</u>
Lucro bruto		143.770	142.379	143.770	142.379
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas de vendas	19	(55.675)	(55.331)	(55.675)	(55.331)
Despesas administrativas e gerais	20	(36.923)	(23.619)	(42.054)	(31.631)
Outras receitas operacionais, líquidas		6.711	1.702	6.511	9.200
Resultado de equivalência patrimonial	10	<u>(598)</u>	<u>159</u>	<u>(145)</u>	<u>262</u>
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		57.285	65.290	52.407	64.879
Despesas financeiras	21	(3.889)	(4.511)	(8.237)	(10.362)
Receitas financeiras	21	<u>12.173</u>	<u>11.195</u>	<u>21.399</u>	<u>17.457</u>
Resultado financeiro		8.284	6.684	13.162	7.095
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>65.569</u>	<u>71.974</u>	<u>65.569</u>	<u>71.974</u>
Imposto de renda e contribuição social	22	<u>(13.575)</u>	<u>(12.106)</u>	<u>(13.575)</u>	<u>(12.106)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>51.994</u>	<u>59.868</u>	<u>51.994</u>	<u>59.868</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais)

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Resultado do exercício	51.994	59.868
Resultados abrangentes		
Diferenças cambiais de conversão de controladas no exterior	<u>32.649</u>	<u>30.311</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>84.643</u>	<u>90.179</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
	(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do período	51.994	59.868	51.994	59.868
Ajustes por:				
Depreciação e amortização	4.704	4.368	14.708	14.258
Juros, variações monetárias e cambiais s/empréstimos e financiamentos.	436	523	1.900	1.481
Variação cambial não realizada	470	-	(5.586)	1.596
Despesas e receitas financeiras não realizadas	-	-	6.332	4.501
Provisão para contingências	(2.723)	91	(2.723)	91
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	752	1.073	752	1.073
Resultado na venda de ativos imobilizados	164	112	164	112
Rendimentos de aplicações financeiras	(10.418)	(8.698)	(16.473)	(9.496)
Resultado de equivalência patrimonial	598	(159)	145	(262)
Outras despesas	-	-	(670)	(7.498)
	<u>45.977</u>	<u>57.178</u>	<u>50.543</u>	<u>65.724</u>
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) redução em contas a receber e outras contas a receber	(3.676)	(7.725)	(3.676)	(7.725)
(Aumento) nos estoques	(11.482)	(3.581)	(11.482)	(3.581)
(Aumento) redução nos impostos a recuperar e imposto de renda e contribuição social	(713)	22.195	(713)	22.195
Aumento (redução) em fornecedores	2.049	(1.456)	2.049	(1.456)
Aumento (redução) em impostos e contribuições a pagar	11.894	(9.316)	11.894	(9.316)
Aumento em provisão p/salários e encargos trabalhistas	61	305	61	305
Aumento (redução) em imposto de renda e contribuição social a pagar	(11.585)	(4.348)	(11.585)	(4.348)
Aumento (redução) em contas a pagar e provisões	746	(807)	746	(807)
Redução de adiantamentos de lucros	(12)	-	(12)	-
	<u>(12.718)</u>	<u>(4.733)</u>	<u>(12.718)</u>	<u>(4.733)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>33.259</u>	<u>52.445</u>	<u>37.825</u>	<u>60.991</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações financeiras	(196.109)	(224.920)	(225.406)	(250.288)
Resgates de aplicações financeiras	225.400	279.404	251.895	301.035
Aquisição de imobilizado	(57.431)	(27.605)	(57.431)	(27.605)
Aquisição de intangível	(71)	(271)	(71)	(271)
Aplicações em investimentos	(4.489)	-	(4.489)	(5.708)
Adiantamento p/futuro aumento de capital	(470)	(3.191)	(470)	-
Caixa líquido (usado nas) gerado pelas atividades de investimento	<u>(33.170)</u>	<u>23.417</u>	<u>(35.972)</u>	<u>17.163</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	41.196	4.157	41.196	5.291
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(5.511)	(7.901)	(10.889)	(12.625)
Distribuição de dividendos	<u>(13.200)</u>	<u>(71.000)</u>	<u>(8.724)</u>	<u>(71.000)</u>
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades de financiamento (Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa antes da variação cambial	<u>22.485</u>	<u>(74.744)</u>	<u>21.583</u>	<u>(78.334)</u>
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>22.574</u>	<u>1.118</u>	<u>23.436</u>	<u>(180)</u>
No início do exercício	4.079	2.961	4.556	4.736
No fim do exercício	<u>26.653</u>	<u>4.079</u>	<u>27.992</u>	<u>4.556</u>
	<u>22.574</u>	<u>1.118</u>	<u>23.436</u>	<u>(180)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Em milhares de Reais)**

	Reserva de Capital		Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Ações Tesouraria	Ágio Legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2012	54.431	(4.147)	11.804	10.886	122.336	127.209	10.877	- 333.396
Resultados abrangentes								
Variações cambiais sobre investimentos no exterior	-	-	-	-	-	-	30.311	- 30.311
Aumento de capital (Ver nota 17)	122.336	-	-	-	(122.336)	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(60.000)	-	(60.000)
Reversão de dividendos	-	-	-	-	-	12.511	-	12.511
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	59.868
Destinações:								
Reserva legal	-	-	2.993	-	-	-	-	(2.993)
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	30.932	-	-	-	(30.932)
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(6.486)
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	19.457	-	(19.457)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	176.767	(4.147)	11.804	13.879	30.932	99.177	41.188	- 369.600
Resultados abrangentes								
Variações cambiais sobre investimentos no exterior	-	-	-	-	-	-	23.233	- 23.233
Aumento de capital (Ver nota 17)	30.932	-	-	-	(30.932)	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(6.715)	-	(6.715)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	51.994
Efeito reflexo de transação de capital em investida (Ver nota 10)	-	-	-	-	-	-	-	9.416
Destinações:								
Reserva legal	-	-	2.580	-	-	-	-	(2.580)
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	30.100	-	-	-	(30.100)
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(4.828)
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	23.902	-	(23.902)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	207.699	(4.147)	11.804	16.459	30.100	116.364	64.421	- 442.700

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais)**

1. Contexto operacional

O Grande Moinho Cearense S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é Av. Vicente de Castro nº 6.043 - Esplanada do Mucuripe, Fortaleza, Ceará. A Companhia, com sede em Fortaleza - Ceará, fundada em 2 de junho de 1959, vem produzindo e comercializando desde 1963 farinhas de trigo, farelo e remoido de trigo para atender às indústrias de panificação, massas, biscoitos e ração animal das Regiões Nordeste e Norte do Brasil, foco da sua atuação comercial e para isso dispõe de Centros de Distribuição - CDs, estrategicamente localizados nas Cidades de Juazeiro do Norte - CE, Teresina - PI, Jaboatão dos Guararapes - PE, Manaus - AM, Ananindeua - PA, Timon - MA e Salvador - BA.

Relação de entidades controladas

Relação de entidades controladas diretas

Segue abaixo lista das empresas controladas da Companhia:

	País	Participação acionária %	
		2014	2013
North Mills Holdings Corporation	Ilhas Cayman	100	100
Tergran - Term. Grãos de Fortaleza Ltda.	Brasil	33,33	33,33

Relação de entidades controladas indiretas

Segue abaixo lista das empresas controladas 100%, direta e indiretamente, pela North Mills Holdings Corporation:

	País	Ativo total	
		2014	2013
Vistal Assets S/A	Panamá	100.488	87.688
Vistal Aircraft USA LLC	Delaware	112.684	108.942

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade - As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 27 de março de 2015. **b. Base de mensuração** - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando de outra forma indicado. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação** - Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos** - A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados futuros podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: - Nota explicativa 10 (c) - informação de investidas; e - Nota explicativa 3 a. - classificação de negócio em conjunto. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual e vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber, estoques, imobilizado e intangível, provisão para contingências e mensuração de instrumentos financeiros. **e. Retificação de valores correspondentes** - Os valores correspondentes aos balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2013 (derivado das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012) e em 31 de dezembro de 2013 e as demonstrações dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, originalmente apresentadas nas demonstrações financeiras daquele exercício, estão sendo reapresentados em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Os ajustes são decorrentes da consolidação da carteira do fundo de investimento exclusivo, ensejando reclassificações da rubrica de "caixa e equivalentes de caixa" para a rubrica de "aplicações financeiras". Não houve impacto em demonstrações de resultado, de resultados abrangentes e nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013. **Sumário quantitativo dos impactos decorrentes da retificação de valores correspondentes** - As tabelas abaixo resumem os impactos das mudanças acima nos balanços patrimoniais e nos fluxos de caixa da Companhia.

Balança patrimonial reapresentado em 31 de dezembro de 2013

	Controladora 31/12/2013			Consolidado 31/12/2013		
	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos reapresentados	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos Rea- presentados
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	108.720	(104.641)	4.079	109.197	(104.641)	4.556
Aplicações financeiras	-	104.641	104.641	36.971	104.641	141.612
Demais contas	93.629	-	93.629	93.629	-	93.629
Total do ativo circulante	202.349	-	202.349	239.797	-	239.797
Ativo não circulante	214.113	-	214.113	200.756	-	200.756
Total do Ativo	416.462	-	416.462	440.553	-	440.553
Passivo circulante	37.238	-	37.238	41.897	-	41.897
Passivo não circulante	9.624	-	9.624	46.210	-	46.210
Patrimônio líquido	369.600	-	369.600	352.446	-	352.446
Total do passivo e patrimônio líquido	416.462	-	416.462	440.553	-	440.553

Balança patrimonial reapresentado em 1º de janeiro de 2013

	Controladora 2013			Consolidado 2013		
	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos reapresentados	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos rea- presentados
Ativo Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	153.388	(150.427)	2.961	155.163	(150.427)	4.736
Aplicações financeiras	-	150.427	150.427	28.000	150.427	178.427
Outros ativos	129.823	-	129.823	129.823	-	129.823
Total do ativo circulante	283.211	-	283.211	312.986	-	312.986
Ativo não circulante	132.780	-	132.780	148.353	-	148.353
Total do ativo	415.991	-	415.991	461.339	-	461.339
Passivo						
Passivo circulante	72.522	-	72.522	75.521	-	75.521
Passivo não circulante	10.073	-	10.073	52.422	-	52.422
Patrimônio líquido	333.396	-	333.396	333.396	-	333.396
Total do passivo	415.991	-	415.991	461.339	-	461.339

Demonstração dos fluxos de caixa reapresentada de 2013

	Controladora 2013			Consolidado 2013		
	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos reapresentados	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos rea- presentados
Fluxos de caixa das atividades operacionais						
Lucro líquido do período	59.868	-	59.868	59.868	-	59.868
Ajustes por:						
Atualização de aplicações financeiras	-	(8.698)	(8.698)	-	(9.496)	(9.496)
Demais ajustes	6.008	-	6.008	19.787	(4.435)	15.352
	<u>65.876</u>	<u>(8.698)</u>	<u>57.178</u>	<u>79.655</u>	<u>(13.931)</u>	<u>65.724</u>
Variações nos demais ativos e passivos	(4.733)	-	(4.733)	(4.733)	-	(4.733)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	61.143	(8.698)	52.445	74.922	(13.931)	60.991
Aplicações financeiras	-	(224.920)	(224.920)	(8.970)	(241.318)	(250.288)
Resgates de aplicações financeiras	-	279.404	279.404	-	301.035	301.035
Demais contas	(31.067)	-	(31.067)	(33.584)	-	(33.584)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(31.067)	54.484	23.417	(42.554)	59.717	17.163
Caixa líquido das atividades de financiamentos	(74.744)	-	(74.744)	(78.334)	-	(78.334)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(44.668)	45.786	1.118	(45.966)	45.786	(180)
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa						
No início do exercício	153.388	(150.427)	2.961	155.163	(150.427)	4.736
No fim do exercício	108.720	(104.641)	4.079	109.197	(104.641)	4.556
	<u>(44.668)</u>	<u>45.786</u>	<u>1.118</u>	<u>(45.966)</u>	<u>45.786</u>	<u>(180)</u>

3. Principais políticas contábeis - Exceto pelas mudanças explicadas na nota explicativa nº 2 e., a Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas em detalhes abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **a. Base de Consolidação - (i) Controladas** - As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis da controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pela controladora. Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas as informações financeiras foram elaboradas utilizando a mesma data base das demonstrações encerradas, consistentes com as políticas contábeis da Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. **(ii) Controlada em Conjunto** - Controlada em conjunto é a entidade na qual a Companhia possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime nas decisões estratégicas e operacionais. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras da controlada em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo CPC 19, neste caso não é realizada a consolidação proporcional de resultado e de ativos líquidos, e os saldos ou resultados de transações entre a controladora e a controlada em conjunto não são eliminados. **(iii) Transações eliminadas na consolidação** - Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **b. Moeda estrangeira - (i) Transações e saldos em moeda estrangeira** - Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação. **(ii) Operação no exterior** - Os ativos e passivos de operações no exterior foram convertidos para Real às taxas de câmbio na data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do exercício. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real (moeda funcional da Companhia) às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação das controladas no exterior são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes

de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. **c. Instrumentos financeiros - (i) Ativos financeiros não derivativos** - A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas desonham um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros, é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia e suas controladas possuem ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado** - Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e suas controladas gerenciam tais investimentos e tomam decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentadas pela Companhia e suas controladas. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. **Empréstimos e recebíveis** - Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, clientes e outros créditos. **Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. **Ativos financeiros disponíveis para venda** - Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores de ativos financeiros. Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável (quando aplicável) e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é desreconhecido, os ganhos e perdas acumulados mantidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado. **(ii) Passivos financeiros não derivativos** - Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou pagas. Os passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas compreendem financiamentos e empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. **d. Redução ao valor recuperável (impairment) - (i) Ativos financeiros não derivativos** - Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à Companhia e suas controladas sobre condições de que a Companhia e suas controladas não considerariam em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. A administração efetua provisão para valor recuperável de contas a receber com base em títulos em aberto vencidos a mais de 150 dias. **(ii) Ativos não financeiros** - Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, exceto estoques, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. **e. Estoques** - Os estoques, compostos de trigo em grão, produtos acabados derivados do trigo e produtos em elaboração, são mensurados pelo custo médio, acrescido de gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração é composto de matérias primas, mão de obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de fabricação com base na capacidade operacional normal. Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. **f. Imobilizado - Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas de redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e suas controladas inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **Depreciação** - Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. Terrenos não são depreciados. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão divulgadas na nota explicativa nº 11. **g. Ativos intangíveis** - Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. Os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado. **h. Arrendamentos - (i) Ativos arrendados** - A Companhia e suas controladas não possuem ativos provenientes de arrendamentos financeiros. Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. **(ii) Pagamentos de arrendamentos** - Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento. **i. Benefícios de curto prazo a empregados** - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago para os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **j. Provisões** - Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **k. Capital social** - Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados conforme definido em estatuto social, e são reconhecidos como passivo. Quando o capital social reconhecido como patrimônio líquido é recomprado, o valor da consideração paga, o qual inclui custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido total. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação são apresentados como reservas de capital. **l. Subvenção e assistência governamentais** - Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamental. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo é efetuada em conta específica de passivo. As

subvenções para investimento passaram a ser contabilizadas no resultado a partir da aplicação da Lei nº 11.638/07. Posteriormente são destinadas para reserva de incentivos fiscais. **m. Receitas financeiras e despesas financeiras** - As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre fundos, juros ativos, variações monetárias ativas e variações cambiais ativas. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras compreendem variações cambiais passivas, variações monetárias passivas e despesas com juros sobre empréstimos e custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método de juros efetivos. **n. Imposto de renda e contribuição social** - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes que são reconhecidos no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. A Companhia possui incentivo fiscal relativo à redução da alíquota de Imposto de Renda de 75% sobre o lucro da exploração. **o. Receita operacional** - A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. **4. Normas e interpretações ainda não adotadas** - Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia e suas controladas estão mencionadas abaixo. A Companhia e suas controladas não planejaram adotar estas normas de forma antecipada. **IFRS 9 Financial Instruments** - A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	01/01/2013	31/12/2014	31/12/2013	01/01/2013
Caixa e depósitos bancários à vista	26.653	4.079	2.961	27.992	4.556	4.736

6. Aplicações financeiras

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	01/01/2013	31/12/2014	31/12/2013	01/01/2013
Fundo de investimento	83.499	104.641	150.427	83.499	104.641	150.427
Ações	-	-	-	51.883	36.971	28.000
Total	83.499	104.641	150.427	135.382	141.612	178.427

O fundo de investimento é uma aplicação financeira de renda fixa cujos mandatos buscam rentabilidade superior a 103% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 2014, esses investimentos renderam 100,63% do CDI (95,64% do CDI em 2013). As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão classificadas como ativos financeiros mensurados pelo valor justo tendo seus ganhos ou perdas registrados diretamente contra resultado. As aplicações financeiras em ações de companhias listadas em bolsa de valores são classificadas como disponíveis para venda e a variação do seu valor justo é classificada como ajuste de avaliação patrimonial, quando material.

7. Contas a receber de clientes

	Controladora e consolidado	
	2014	2013
Duplicatas a receber de clientes - no país	48.376	47.648
Redução ao valor recuperável de contas a receber	(5.469)	(4.717)
Total	42.907	42.931

Composição por idade de vencimento

	Controladora e consolidado	
	2014	2013
Contas a receber - A vencer	36.971	37.188
Contas a receber - Vencidas		
De 1 a 30 dias	4.766	3.844
De 31 a 60 dias	293	604
De 61 a 90 dias	277	622
De 91 a 150 dias	551	624
Acima de 151 dias	5.518	4.766
Total	48.376	47.648

A redução do valor recuperável foi constituída tomando como base os títulos em aberto vencidos há mais de 150 dias.

Movimentação da provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber

	Controladora e consolidado	
	2014	2013
Saldo em 1º de janeiro de 2013	(3.644)	(3.644)
Constituição de provisão	(2.299)	(2.299)
Reversão/baixas	1.226	1.226
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(4.717)	(4.717)
Constituição de provisão	(1.664)	(1.664)
Reversão/baixas	912	912
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(5.469)	(4.717)

Ajuste a valor presente

O prazo médio de recebimento é em torno de 33 dias (31 dias em 2013). A Administração da Companhia entende que o efeito do ajuste a valor presente nas demonstrações da Companhia é imaterial e, por isso, não foi registrado.

8. Estoques

	Controladora e consolidado	
	2014	2013
Produtos acabados	3.133	3.773
Matérias-primas	39.151	27.698
Materiais de embalagens e almoxarifado	2.203	1.534
Total	44.487	33.005

9. Impostos a recuperar

	Controladora e consolidado	
	2014	2013
ICMS antecipado	783	921
ICMS a recuperar	33.295	25.195
Outros impostos	4.848	1.915
Total de impostos a recuperar	38.926	28.031
Circulante	18.690	6.370
Não circulante	20.236	21.661

ICMS antecipado - É composto por valores pagos na importação do trigo de forma antecipada em função do regime de substituição tributária e que ainda serão alocados ou recuperados em razão da utilização do trigo.

ICMS a recuperar - Origina-se de vendas efetuadas a estados signatários e não signatários disciplinados pelo protocolo ICMS CONFAZ nº 46/00 e para Zona Franca de Manaus, cujas operações caracterizam o direito de ressarcimento junto ao Estado do Ceará da parcela paga a título de substituição tributária, entre outros. Estes valores estão classificados no circulante e não circulante.

10. Investimentos

a. Composição dos saldos	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Participação em empresa controlada e controlada em conjunto (i)	157.695	121.626	2.939	3.084
Outros investimentos	260	265	260	265
Total dos investimentos	157.955	121.891	3.199	3.349

(i) Empreendimento controlado em conjunto (joint venture) - A Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda. é o único empreendimento controlado em conjunto (joint venture) que a Companhia participa. Seu controle é compartilhado com as empresas J.Macêdo S.A. e M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos na proporção de 33,33% para cada acionista. A empresa é encarregada da descarga e da armazenagem de trigo no Porto de Fortaleza, cujo objeto social é a exploração da atividade portuária.

b. Movimentação dos saldos

	Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza		Total
	North Mills Corporation	Ltda.	
Saldos em 1º de janeiro de 2013	41.390	2.822	44.212
Aumento de capital	52.976	-	52.976
Variação cambial	24.279	-	24.279
Resultado de equivalência patrimonial	(103)	262	159
Saldos em 31 de dezembro de 2013	118.542	3.084	121.626
Aumento de capital	4.489	-	4.489
Efeito reflexo de transação de capital em investida	9.416	-	9.416
Variação cambial	22.762	-	22.762
Resultado de equivalência patrimonial	(453)	(145)	(598)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	154.756	2.939	157.695

c. Informações das investidas

Controlada

	North Mills Holdings Corporation		Controlada em conjunto	Tergran Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	
	2014	2013		2014	2013
Ativo	158.740	123.370		9.675	10.208
Passivo	3.984	4.828	Ativo	855	953
Capital social	67.333	62.857	Passivo	9.204	9.204
Quantidade de ações ou quotas possuídas	1.000	1.000	Capital social	3.038	3.038
Patrimônio líquido	154.756	118.542	Quantidade de ações ou quotas possuídas	8.820	9.255
Participação no capital social, no final do exercício (%)	100,00%	100,00%	Patrimônio líquido	33,33%	33,33%
Participação no patrimônio líquido	154.756	118.542	Participação no capital social, no final do exercício (%)	2.939	3.084
Variação cambial sobre investimentos	22.762	24.279	Participação no patrimônio líquido	(145)	262
Resultado de equivalência patrimonial	(453)	(103)	Resultado de equivalência patrimonial	(386)	788
Resultado do exercício	(453)	(103)	Resultado do exercício		

11. Ativo imobilizado - Movimentação do imobilizado - Controladora

	Terrenos	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Equipamentos de computação	Imobilizado em andamento	Total
Custo histórico								
Saldos em 1º de janeiro de 2013	58	37.513	43.767	1.406	1.611	1.541	2.321	88.217
Adições	11.000	14	700	81	-	102	15.708	27.605
Baixas	-	(58)	(10)	(39)	(60)	(75)	(10)	(252)
Transferências	-	1.399	1.724	227	-	50	(3.400)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	11.058	38.868	46.181	1.675	1.551	1.618	14.619	115.570
Adições	-	-	1.290	84	595	139	55.323	57.431
Baixas	-	-	(149)	(5)	(435)	(21)	(4)	(614)
Transferências	-	-	5.409	126	-	24	(4.840)	719
Saldos em 31 de dezembro de 2014	11.058	38.868	52.731	1.880	1.711	1.760	65.098	173.106

	Terrenos	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Equipamentos de computação	Imobilizado em andamento	Total
Depreciação acumulada								
Saldos em 1º de janeiro de 2013	-	(17.038)	(29.324)	(692)	(584)	(1.070)	-	(48.708)
Adições	-	(1.442)	(2.234)	(117)	(251)	(176)	-	(4.220)
Baixas	-	8	-	25	45	66	-	144
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	-	(18.472)	(31.558)	(784)	(790)	(1.180)	-	(52.784)
Adições	-	(1.478)	(2.539)	(127)	(256)	(162)	-	(4.562)
Baixas	-	-	140	3	283	20	-	446
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	-	(19.950)	(33.957)	(908)	(763)	(1.322)	-	(56.900)

	Terrenos	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Equipamentos de computação	Imobilizado em andamento	Total
Saldos líquidos								
Saldo em 31 de dezembro de 2013	11.058	20.396	14.623	891	761	438	14.619	62.786
Saldo em 31 de dezembro de 2014	11.058	18.918	18.774	972	948	438	65.098	116.206

Movimentação do imobilizado - Consolidado

	Terrenos	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Equipamentos de computação	Imobilizado em andamento	Imobilizado Arrendado	Total
Custo									
Saldos em 01 de janeiro de 2013	58	37.513	43.767	1.406	1.611	1.541	2.321	104.230	192.447
Adições	11.000	14	700	81	-	102	15.708	15.256	42.861
Baixas	-	(58)	(10)	(39)	(60)	(75)	(10)	-	(252)
Transferências	-	1.399	1.724	227	-	50	(3.400)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	11.058	38.868	46.181	1.675	1.551	1.618	14.619	119.486	235.056
Adições	-	-	1.290	84	595	139	55.323	15.995	73.426
Baixas	-	-	(149)	(5)	(435)	(21)	(4)	-	(614)
Transferências	-	-	5.409	126	-	24	(4.840)	-	719
Saldos em 31 de dezembro de 2014	11.058	38.868	52.731	1.880	1.711	1.760	65.098	135.481	308.587

	Terrenos	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Equipamentos de computação	Imobilizado em andamento	Imobilizado Arrendado	Total
Depreciação acumulada									
Saldos em 01 de janeiro de 2013	-	(17.038)	(29.324)	(692)	(584)	(1.070)	-	-	(48.708)
Adições	-	(1.442)	(2.234)	(117)	(251)	(176)	-	(10.787)	(15.007)
Baixas	-	8	-	25	45	66	-	-	144
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	-	(18.472)	(31.558)	(784)	(790)	(1.180)	-	(10.787)	(63.571)
Adições	-	(1.478)	(2.539)	(127)	(256)	(162)	-	(12.734)	(17.296)
Baixas	-	-	140	3	283	20	-	-	446
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	-	(19.950)	(33.957)	(908)	(763)	(1.322)	-	(23.521)	(80.421)

	Terrenos	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Equipamentos de computação	Imobilizado em andamento	Imobilizado Arrendado	Total
Saldos líquidos									
Saldo em 31 de dezembro de 2013	11.058	20.396	14.623	891	761	438	14.619	108.699	171.485
Saldo em 31 de dezembro de 2014	11.058	18.918	18.774	972	948	438	65.098	111.960	228.166
Imobilizado em Andamento		Edificações	Máquinas e equipamentos				Móveis e utensílios		Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	-	-	-	-	14.619	-	-	14.619
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	12.060	-	-	-	52.993	45	-	65.098

Com o auxílio de especialistas internos foi feita a revisão das vidas úteis dos bens e constatou-se que estão muito próximas das vidas úteis já

utilizadas, sendo o efeito, desde então, imaterial. Dessa forma, a Administração optou por não fazer qualquer ajuste. As taxas anuais de depreciação utilizadas estão demonstradas a seguir:

	2014	2013
Edificações	4%	4%
Máquinas e equipamentos	10%	10%
Móveis e utensílios	10%	10%
Veículos	20%	20%
Equipamentos de computação	20%	20%

Redução ao valor recuperável - O ativo imobilizado da Companhia, após análise de fontes internas de informação, não apresentou qualquer indicio de perda e desvalorização, que pudessem comprometer o fluxo de caixa futuro.

12. Financiamentos e empréstimos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja nota explicativa nº 15.

	Indexador	Juros (a.a.)	Controladora		Consolidado	
			2014	2013	2014	2013
Moeda nacional						
FINAME Automático (Banco Alfa)	TJLP	3,50%	37.405	-	37.405	-
FINAME Automático (Banco Pine)	TJLP	3,50%	945	-	945	-
Financiamentos de Tributos Estaduais (PROVIN)	TJLP	-	6.870	8.477	6.870	8.477
FINAME Itaú	-	3,50% / 6,00%	172	75	172	75
			45.392	8.552	45.392	8.552
Moeda estrangeira - US\$						
Banco UBS	Libor 12 meses	2,00%	-	-	32.088	31.645
Camlann Properties	Libor 12 meses	1,06%	-	-	-	8.286
Banco J Safra	-	1,70% a 1,85%	-	-	-	1.314
			-	-	32.088	41.245
Total de financiamentos e empréstimos			45.392	8.552	77.480	49.797
Circulante			4.039	4.677	7.931	9.336
Não Circulante			41.353	3.875	69.549	40.461

Total de financiamentos e empréstimos

Circulante

Não Circulante

Cronograma de desembolso

Vencimentos	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
2014	-	4.677	-	9.336
2015	4.039	3.523	7.931	6.956
2016	9.449	352	13.442	3.874
2017	6.284	-	10.381	3.613
2018	6.224	-	10.427	3.707
2019	5.989	-	21.892	14.025
2020	5.989	-	5.989	8.286
2021	5.989	-	5.989	-
2022	1.429	-	1.429	-
	45.392	8.552	77.480	49.797

Garantias - As operações de financiamentos possuem como garantias a alienação fiduciária das máquinas e equipamentos financiados, inclusive as operações em moeda estrangeira possuem as mesmas garantias, porém a Companhia e suas controladas optaram por não realizar nenhum tipo de proteção cambial (hedge) desses financiamentos. **Financiamentos de Tributos Estaduais (PROVIN)** - Os saldos relativos ao financiamento de tributos estaduais (PROVIN) (Ver nota explicativa nº 24) são compostos apenas pelos valores que efetivamente serão pagos e originados pelo incentivo fiscal estadual. **Quebra de cláusulas contratuais (covenants)** - Os contratos de empréstimos e financiamentos não possuem cláusulas de vencimentos antecipados de dívidas atrelados a atendimentos de índices financeiros ou manutenção de saldos em garantias.

13. Impostos e contribuições a recolher

a. Composição dos saldos - passivo circulante

	Controladora e consolidado	
	2014	2013
ICMS	4.286	4.831
INSS	451	418
Outros	1.239	877
Total	5.976	6.126

b. Composição dos saldos - passivo não circulante

	Controladora e consolidado	
	2014	2013
PIS	462	462
Salário-educação	513	513
PIS - Carta de Fiança	535	535
ICMS	12.044	-
Total	13.554	1.510

14. Provisão para contingências - A Companhia e suas controladas são parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. Em 2013, o valor referente a um processo judicial com a Companhia Docas do Ceará - CDC, cuja atualização era realizada pela variação da taxa Selic, foi encerrado em 2014, sendo feita a reversão da provisão contra o resultado. Em 31 de dezembro de 2014, o valor total de causas passivas julgadas como possíveis de perda é de R\$ 1.012 (R\$ 3.373 em 2013), para os quais não foi constituída provisão, como previsto pelas práticas contábeis.

15. Instrumentos financeiros - Gerenciamento dos riscos financeiros - Visão geral - A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: · Risco de crédito; · Risco de liquidez; · Risco de mercado. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e

suas controladas para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia e suas controladas, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e do capital. **Estrutura de gerenciamento de risco** - A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. **Riscos de crédito** - Risco de crédito é o risco da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros, conforme apresentado abaixo. **Exposição a riscos de crédito** - O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	26.653	4.079	27.992	4.556
Aplicações financeiras	83.499	104.641	135.382	141.612
Contas a receber e outros créditos	45.701	43.711	45.701	43.711
	155.853	152.431	209.075	189.879

Contas a receber e outros recebíveis - A política de crédito da Companhia não permite grandes concentrações de vendas, como também não permite prazos distintos ao próprio ciclo do negócio. As equipes de vendas são treinadas para acompanhar a trajetória operacional de cada cliente de modo que estejam, sempre, atualizadas sobre o nível de atividade econômica do setor e da região que atuam. Com esta postura é possível manter um adequado índice de inadimplência e uma boa previsibilidade contra possíveis perdas. Adicionalmente, a Companhia possui provisão para redução do valor recuperável de clientes, no montante de R\$ 5.469 (R\$ 4.717 em 2013) representativos de 11,30% (9,89% em 2013) do saldo de contas a receber em aberto, para fazer face ao risco de crédito. A política de gestão de risco define que a Companhia e suas controladas somente estão autorizadas a efetuar operações com instituições financeiras sólidas. Atualmente, todas as aplicações financeiras estão concentradas em um Fundo de Investimento Exclusivo administrado pelo Banco Itaú S.A, que segue rigorosamente as definições para as aplicações financeiras. O Fundo foi constituído para administrar os recursos das empresas que fazem parte do grupo empresarial no qual a Companhia encontra-se inserida. Os recursos estão diluídos diretamente em títulos de renda fixa e em cotas de outros fundos de investimento, promovendo uma diversificação na carteira de tal ordem que os riscos ficam bastante reduzidos. **Risco de liquidez** - Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Companhia e suas controladas procuram manter uma boa liquidez com relação à política de gestão de riscos. Por este motivo há o acompanhamento permanente das disponibilidades líquidas, alinhada com a política de compras e de estoque de modo a não gerar nova necessidade de captação de recursos. O resultado desta política resulta no saldo elevado de recursos aplicados, equivalente a quatro meses de faturamento líquido. A Companhia só utiliza instrumentos financeiros de captação para investimentos, sendo linhas de longo prazo. Os vencimentos contratuais de passivos financeiros são apresentados na Nota Explicativa nº 12. **Risco de mercado** - O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **a. Risco de taxa de câmbio** - A Companhia

possuía um pequeno saldo de endividamento em franco-suíço para aquisição de máquinas e equipamentos, investimento ocorrido em 2009 com o objetivo de ampliação do parque industrial. Este endividamento foi quitado em 2013. A controlada North Mills Holdings Corporation é sediada no exterior e seus ativos e passivos estão sujeitos à variação cambial, sendo a contratação em dólar norte americano. A política de gestão do risco de câmbio da Companhia objetiva limitar o nível de captação de recursos em moeda estrangeira de modo a não comprometer os resultados operacionais, tendo em vista que o saldo devedor integral da operação é muito inferior à geração de caixa anual e até mesmo ao resultado líquido. Já os passivos de suas controladas são liquidados na mesma moeda de captação das investidas e não geram exposição significativa que possam gerar perdas para a Companhia. Desta forma, oscilações da taxa de câmbio não impactam de forma representativa o resultado da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013

Financiamento em moeda estrangeira (a)	-	-	32.088	41.245
Ativo em moeda estrangeira (b)	-	-	53.222	37.447
Exposição líquida (a - b)	-	-	(21.134)	3.798

b. Risco de taxa de juros - A política determina que é permitida a captação de recursos para investimento com taxas de juros de curto prazo, pois estas são mais voláteis e elevam o risco de variação dos resultados em função dos juros. Por este motivo, as captações foram feitas em taxas de longo prazo (TJLP), de modo a garantir uma harmonia do fluxo de pagamentos com o fluxo do retorno. Em relação às taxas de juros de longo prazo que são utilizadas para subsidiar o investimento industrial, a Administração prevê que não sofrerão grandes alterações. No lado do ativo, a Companhia e suas controladas são fortes aplicadoras de recursos através do Fundo de Investimento Exclusivo, que direciona a rentabilidade a um desempenho atrelado à taxa de juros do CDI. **c. Risco de preço das commodities** - Os preços das principais matérias-primas e insumos são definidos pelo mercado internacional e possuem cotação em bolsa de commodities. Por esta razão os preços flutuam conforme a expectativa de oferta e demanda mundial. A Companhia e suas controladas possuem profissionais que acompanham constantemente a evolução dos indicadores de preço do trigo, comportamento do clima, expectativa dos volumes e qualidade das safras, cotações nos diversos mercados produtores e como esse movimento pode afetar os negócios e resultados da Companhia. Juntamente com consultorias internacionais contratadas, são construídos cenários e hipóteses de mercado que balizam a decisão da compra, do tamanho do lote mínimo e da qualidade do trigo a ser adquirido e processado na Companhia. **Gerenciamento do capital** - A administração do Capital da Companhia, praticada pelos Administradores, têm por objetivo reduzir riscos, custos e salvaguardar a capacidade da Companhia de promover a sua continuidade em oferecer retorno aos acionistas e beneficiários e às outras partes interessadas. **Classificações contábeis e valores justos** - **Valor justo através do resultado** - Os valores das aplicações financeiras registradas nas demonstrações financeiras aproximam-se dos valores de realização em virtude de apresentarem disponibilização imediata. **Financiamentos e Empréstimos** - Nas operações nacionais os valores

dos financiamentos atrelados à TJLP (operações de FINAME) aproximam-se dos valores de exigibilidade registrados nas demonstrações financeiras em virtude dessas taxas serem pré-fixadas. No caso dos financiamentos estrangeiros o valor justo foi determinado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. **Contas a receber, fornecedores e contas a pagar de curto prazo** - Estima-se que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, dado o curto prazo das operações realizadas.

Valor justo dos ativos e passivos financeiros - O valor justo dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados das demonstrações financeiras, está identificado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Saldo Contábil	Valor justo	Saldo Contábil	Valor justo

31 de dezembro de 2013

Valor justo por meio do resultado

Aplicações financeiras	104.641	104.641	-	-
------------------------	---------	---------	---	---

Disponíveis para venda

Aplicações financeiras	-	-	36.971	36.971
------------------------	---	---	--------	--------

Empréstimos e recebíveis

Caixa e equivalentes de caixa	4.079	4.079	4.556	4.556
-------------------------------	-------	-------	-------	-------

Contas a receber de clientes	42.931	42.931	42.931	42.931
------------------------------	--------	--------	--------	--------

Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Fornecedores	1.790	1.790	1.790	1.790
--------------	-------	-------	-------	-------

Financiamentos com instituições financeiras	8.552	8.552	49.797	49.797
---	-------	-------	--------	--------

31 de dezembro de 2014

Valor justo por meio do resultado

Aplicações financeiras	83.499	83.499	-	-
------------------------	--------	--------	---	---

Disponíveis para venda

Aplicações financeiras	-	-	51.883	51.883
------------------------	---	---	--------	--------

Empréstimos e recebíveis

Caixa e equivalentes de caixa	26.653	26.653	27.992	27.992
-------------------------------	--------	--------	--------	--------

Contas a receber de clientes	42.907	42.907	42.907	42.907
------------------------------	--------	--------	--------	--------

Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Fornecedores	3.839	3.839	3.839	3.839
--------------	-------	-------	-------	-------

Financiamentos com instituições financeiras	45.392	45.392	77.480	77.480
---	--------	--------	--------	--------

16. Partes relacionadas

a. Controladora - A parte controladora final do Grupo é Kalila Representações Comerciais Ltda. **b. Transações com partes relacionadas** - Os principais saldos de ativos, passivos, receitas e despesas, assim como transações que influenciaram o resultado dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e sua controladora, controladas, controladas em conjunto e outras partes relacionadas. As empresas com as quais a Companhia mantém relações são:

Partes relacionadas

Controlada

North Mills Holdings Corporation

Vistal Aircraft USA LLC

Controlada em conjunto

Tergran Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.

Outras partes relacionadas

IESC - Iguatemi Empresa de Shopping Centers

La Fonte Participações S.A.

La Fonte Telecom S.A.

New Invest Imobiliária e Participações S.A.

MLRJ Imobiliária S.A.

Os saldos com as partes relacionadas podem ser identificados conforme segue:

	Controladora	
	2014	2013

Ativo não circulante		
Adiantamentos para futuro aumento de capital		
North Mills Holding Corporation	3.984	3.514
Passivo não circulante		
Adiantamentos de lucros		
Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	1.188	1.200
Resultado		
Custo dos Produtos Vendidos		
Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	3.716	3.698
Despesas Administrativas		
Vista Aircraft USA LLC	4.633	4.143
Outras Receitas		
Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	14	-

17. Patrimônio Líquido

a. Capital social - O capital social da Companhia é composto de 45.923.409 ações, sendo 44.456.449 ações ordinárias e 1.466.960 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. Em 28 de fevereiro de 2013, conforme ata de reunião do conselho de administração, houve aumento de capital, no montante de R\$ 523, em decorrência da incorporação da reserva de reinvestimento,

Principal natureza das transações

Adiantamento para futuro aumento de capital

Arrendamento mercantil

Prestação de serviço na descarga de trigo e adiantamentos de dividendos

Não houve transações no exercício

Não houve transações no exercício

Não houve transações no exercício

Não houve transações no exercício

Não houve transações no exercício

passando de R\$ 54.431 para R\$ 54.954, sem modificação do número de ações. Em 8 de julho de 2013, houve aumento de capital, no montante de R\$ 13.081, em decorrência da incorporação da subvenção do Governo Federal, passando de R\$ 54.954 para R\$ 68.035, sem modificação do número de ações. Em 22 de agosto de 2013, houve aumento de capital, no montante de R\$ 108.732, em decorrência da incorporação da subvenção do Governo Estadual, passando de R\$ 68.035 para R\$ 176.767, sem modificação do número de ações. Em 28 de agosto de 2014, houve aumento de capital, no montante de R\$ 7.832, em decorrência da incorporação da subvenção do Governo Federal, passando de R\$ 176.767 para R\$ 184.599, sem modificação do número de ações. Em 11 de setembro de 2014, houve aumento de capital, no montante de R\$ 23.100, em decorrência da incorporação da subvenção do Governo Estadual, passando de R\$ 184.599 para R\$ 207.699, sem modificação do número de ações. **b. Ações em tesouraria** - A Companhia em 2010 possuía em tesouraria 6.346.981 ações ordinárias e 1.466.960 ações preferenciais de sua própria emissão para futura alienação e/ou cancelamento. Em 2011, conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração, houve alienação de 3.401.360 ações ordinárias, no montante de R\$ 15.000, tendo sido apurado ágio de R\$ 11.804. O saldo em tesouraria ficou em 2.945.621 ações ordinárias, não sendo alteradas as ações preferenciais. **c. Reserva de capital** - Refere-se ao ágio gerado pela alienação de ações em tesouraria, conforme mencionado acima. **d. Reserva de lucros** - **Reserva legal** - É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite

de 20% do capital social. - **Reserva de incentivos fiscais** - A parcela da reserva de incentivos fiscais referente ao Lucro da Exploração do exercício de 2013 no valor de R\$ 7.832 foi incorporada ao capital social por se tratar de subvenção do Governo Federal. - **Reserva de lucros (retenção de lucros)** - Constituída com o objetivo de fazer frente aos investimentos da Companhia e preservar o seu capital de giro. e. **Ajustes de avaliação patrimonial** - Ajustes acumulados de conversão incluem todas as diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de controlada no exterior. f. **Dividendos** - O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos mínimos obrigatórios foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo. Os dividendos foram calculados conforme segue:

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	51.994	59.868
(-) Reserva legal	(2.580)	(2.993)
(-) Reserva incentivos	(30.100)	(30.932)
Base de cálculo	19.314	25.943
Dividendo mínimo obrigatório	4.828	6.486

A Administração da Companhia irá propor a incorporação da reserva de lucros (reserva de incentivos fiscais e retenções de lucros) ao capital social na Assembleia Geral Ordinária de acionistas a ser realizada em abril de 2015.

18. Receita operacional líquida **Controladora e Consolidado**

	2014	2013
Receita bruta	522.455	510.789
Impostos sobre vendas	(63.820)	(67.532)
Devoluções e abatimentos	(13.587)	(10.475)
Receita operacional líquida	445.048	432.782

19. Despesas de vendas **Controladora e Consolidado**

	2014	2013
Despesas com pessoal	11.493	9.931
Despesas com logística	32.781	34.748
Serviços de terceiros	4.647	3.845
Outras	6.754	6.807
Total	55.675	55.331

20. Despesas administrativas e gerais

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Despesas com pessoal	10.576	8.313	10.576	8.313
Serviços de terceiros	6.480	6.622	6.480	6.622
Depreciação e amortização	612	576	10.616	9.635
Outras	19.255	8.108	14.382	7.061
Total	36.923	23.619	42.054	31.631

21. Resultado financeiro **Controladora e Consolidado**

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Despesas financeiras				
Juros incorridos	(448)	(707)	(3.795)	(5.230)
Variações cambiais passivas	(1.363)	(1.871)	(1.925)	(2.818)
Outros	(2.078)	(1.933)	(2.517)	(2.314)
	(3.889)	(4.511)	(8.237)	(10.362)
Receitas financeiras				
Juros auferidos	11.015	9.852	19.430	13.218
Variações cambiais ativas	1.104	1.238	1.188	3.181
Outros	54	105	781	1.058
	12.173	11.195	21.399	17.457
Total	8.284	6.684	13.162	7.095

22. Despesas com imposto de renda e contribuição social **Controladora e consolidado**

	2014	2013
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	65.569	71.974
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Parcela sobre a qual não incide o adicional	(20)	(20)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(22.274)	(24.451)
Adições permanentes	(8.826)	(7.639)
Exclusões permanentes	2.626	4.058
Incentivo estadual	7.971	7.855
Incentivos federais	6.928	8.071
Imposto de renda e contribuição social correntes no resultado do exercício	(13.575)	(12.106)
Alíquota efetiva	21%	17%

23. **Cobertura de seguros** - Em 31 de dezembro de 2014, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 129.523 (R\$ 133.325 em 2013) para danos materiais, R\$ 137.776 (R\$ 126.528 em 2013) para lucros cessantes e R\$ 3.000 (R\$ 3.950 em 2013) para responsabilidade civil. 24. **Subvenções e assistências governamentais - Incentivo Fiscal Federal - Redução da alíquota do Imposto de Renda - Lucro da Exploração** - A Companhia opera em regime tributário de lucro real anual e tem incentivo fiscal relativo à redução da alíquota do Imposto de Renda de 75% sobre os lucros operacionais originados pelas suas atividades principais (lucro da exploração). Esse incentivo fiscal é reconhecido diretamente no demonstrativo de resultado, e o valor do Imposto de Renda é apresentado de forma líquida, isto é, o valor total menos o incentivo auferido. Em 2014, a Companhia auferiu R\$ 6.256 desse tipo de incentivo (R\$ 7.832

em 2013). **Incentivo Fiscal Estadual - PROVIN - Estado do Ceará** - O Governo do Estado do Ceará, atendendo às políticas públicas estaduais voltadas à promoção do desenvolvimento industrial do Ceará, decidiu alocar recursos destinados a subvencionar os investimentos necessários à ampliação e modernização do parque moageiro da Companhia, sediado na cidade de Fortaleza, capital do estado. O incentivo consiste no diferimento do imposto e seu posterior desconto, quando do vencimento de 63,75% sobre o ICMS normal devido. Até 2012 era calculado com base nas quantidades adquiridas de trigo em grão, conforme Decreto nº 30.195/10; a partir de 2013 passou a ser calculado com base nas quantidades vendidas, conforme estabelecido pelo Decreto nº 31.109/13. O benefício é condicionado ao pagamento no vencimento das parcelas devidas do ICMS, e sua obtenção deriva do atendimento a parâmetros da política de desenvolvimento do governo, dentre os principais o volume do investimento realizado, a geração de empregos, a demanda por matérias-primas e insumos, a localização da produção e outros aspectos econômicos e sociais. Em 2014 e 2013, atendendo ao CPC nº 07, item 12, estes incentivos foram reconhecidos no resultado como reduções das despesas que se pretendem compensar. O incentivo fiscal de ICMS foi deduzido das despesas de ICMS sobre vendas. Em 2014, a Companhia auferiu R\$ 23.441 desse tipo de incentivo (R\$ 23.100 em 2013).

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carlos Francisco Ribeiro Jereissati - Presidente

Vera Ribeiro Jereissati - Vice-presidente

Carlos Jereissati

Diana Jereissati Legey

Sérgio Bernstein

Aparecido Carlos Correia Galdino

Sidnei Nunes

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

Roberto Schneider - Diretor-presidente

Carlos Jereissati - Diretor vice-presidente

Lia Ribeiro Jereissati - Diretora

Cláudio Jorge Fontenelle de Albuquerque - Diretor

Alexandre Jereissati Legey - Diretor

CONTADORA

Andréa Carla de Melo Ferreira - CRC/CE nº 010893/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas do Grande Moinho Cearense S.A. Fortaleza - CE, Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grande Moinho Cearense S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações de resultado e de resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras** - A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas** - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Grande Moinho Cearense S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Fortaleza, 27 de março de 2015.



KPMG Auditores Independentes - CRC 2SP014428/O-6.
Eliardo Araújo Lopes Vieira - Contador CRC SP-241582/O-1 T-CE.